

NuevaMayoria.com

El portal sociopolítico de Iberoamérica

As muitas batalhas de Palocci

Nov-22-04 - por Murillo de Aragão

A nomeação de Guido Mantega para o BNDES representou uma expressiva vitória para Antonio Palocci. Vencida a longa batalha pela ocupação do BNDES por um nome de confiança da equipe econômica, Palocci tem mais dois combates críticos pela frente. A nomeação do novo ministro do Planejamento é a mais importante delas. Ele precisa ser alguém afinado com a orientação macroeconômica do governo, caso contrário o ministro da Fazenda terá mais dores de cabeça do que as causadas pelas estripulias de Carlos Lessa.

Aloizio Mercadante, um dos padrinhos de Lessa, faz parte da bolsa de apostas. Se sua indicação se concretizar, seria uma derrota para a equipe econômica. No ano passado, Mercadante foi um dos maiores críticos da política econômica, além de nutrir a aspiração de tornar-se o czar da economia.

Outro candidato que faz parte das especulações é o consultor Antonino Trevisan, amigo de longa data de Lula e de expressiva trajetória no meio empresarial. Trevisan seria uma boa escolha para o empresariado por reforçar as vozes pró-reformas no governo Lula.

Outro nome cogitado é o de Jorge Bittar, deputado do PT-RJ, recentemente derrotado na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro. Bem preparado tecnicamente, Bittar seria uma excelente escolha dentro do PT.

Ciro Gomes também está no páreo, mas sua indicação traria problemas para Palocci e não seria bem aceita pelo mercado financeiro, que não aprecia as idéias econômicas do ministro da Integração.

A escolha do novo ministro poderá ser influenciada pela evidente necessidade de Lula reforçar o seu relacionamento com os partidos da base política. Não seria totalmente estranho se o presidente cogitasse um político do PMDB para o posto.

No caso do Banco do Brasil, a boa notícia foi a declaração de José Genoíno, presidente do PT, de que a escolha será decidida pelo ministro da Fazenda. Existe a possibilidade de que Rossano Pinto, atual presidente interino, seja confirmado no cargo.

Mantega estreia com pé-coquerdo

A estreia do novo presidente do BNDES na imprensa foi no mínimo polêmica. De saída ele disse que agora poderá liberar verbas sem contingenciamento e que esse fato significa uma promoção. Ao referir-se à subordinação hierárquica (devida ao Ministério do Desenvolvimento) disse que essa é uma "questão semântica" e que se reportará ao presidente da República. Para a política econômica, seria melhor Mantega assumir um comportamento oposto ao do seu antecessor e evitar declarações polêmicas. Seu papel é reorganizar o BNDES que foi praticamente desmontado por Carlos Lessa e não aparecer pelo inusitado de suas declarações.

Congresso começa a respirar

O comando do Congresso deu sinais de vida inteligente na semana passada. O primeiro sintoma foi o abandono da desastrosa aventura da emenda da reeleição, um barco afundado há meses. Na sequência, o Senado votou a Reforma do Judiciário. Trata-se de uma mini-reforma cujos efeitos, ainda que benéficos, não serão capazes de, isoladamente, construir o novo Poder Judiciário que o país necessita. Mas estabelece as condições para que, infraconstitucionalmente, haja uma melhora qualitativa na prestação jurisdicional de serviços. Não é à toa que o ministério da Justiça prepara um pacote com 10 leis destinadas a alterar os códigos de processos, reduzindo drasticamente o número de recursos para dar mais celeridade aos julgamentos.

A PPP também andou no Senado e pode ter parecer aprovado nos próximos dias. Na Câmara, a situação não foi tão positiva. Pelo menos uma medida provisória foi votada e existe a predisposição para a retomada dos trabalhos nesta semana.

Alguns fatos beneficiaram o ambiente político. Um deles foi a aceleração da liberação de verbas orçamentárias para a base parlamentar. Outra foi a boa iniciativa de Lula conversar com o PMDB e promover um encontro com as presenças de José Sarney e João Paulo Cunha. O envolvimento direto de Lula na coordenação política é essencial para que o Congresso avance em sua agenda. Tal fato justifica a esperança de que temas importantes, como a Lei de Falências e o projeto das Parcerias Público-Privadas, avancem significativamente nas próximas semanas.

As aventuras de João Paulo

João Paulo Cunha teve uma trajetória instável como presidente da Câmara. Conhecido pela declaração de que o PT não poderia aprovar as reformas no governo FHC para não ajudar o inimigo, Cunha teve um bom desempenho em 2003. Porém,

o desejo de reeleger-se comprometeu seu rendimento. Em outubro do ano passado, declarou ser impossível avançar na agenda das reformas em um ano eleitoral. De lá para cá, acumulou insucessos. Os maiores foram a derrota da emenda da reeleição na Câmara e a baixa produtividade ao longo do ano. Agora João Paulo disputa uma vaga no governo Lula: quer ser chefe da Casa Civil ou Coordenador Político, no lugar de Aldo Rebelo, e declarou pode entrar na disputa do governo de São Paulo, talvez para provocar seu desafeto Aloizio Mercadante. Lula não deve deixar Cunha no sereno, mas entregar a ele a Casa Civil ou a Coordenação Política seria imprudência.

A derrota da emenda da reeleição abre disputa

Finalmente João Paulo Cunha admitiu a morte da falecida emenda da reeleição. A iniciativa, mais uma da lavra de José Dirceu, tumultuou a base política e contribuiu para a paralisia do Congresso. Sem ela, o ambiente pode melhorar um pouco. Resta, porém, encaminhar boas soluções para a Câmara e o Senado.

Na Câmara, o PT tem vários nomes de boa qualidade para a presidência. Se continuar com o grupo de São Paulo, os nomes mais fortes são os de Luiz Eduardo Greenhalgh, Arlindo Chinaglia e Professor Luizinho, sem descartar a possibilidade de retorno à Casa do Ministro José Dirceu. Se, entretanto, a negociação for feita com petistas de outros estados, os mais cotados seriam Sigmaringa Seixas (DF), Paulo Bernardo (PR) e Virgílio Guimarães (MG). Aparentemente, Lula estaria inclinado a apoiar Greenhalgh pelo seu perfil de negociador e por ter excelente trânsito com as principais forças do Congresso.

No Senado, a questão é mais delicada. José Sarney está magoado e enfraquecido. Tanto pelo episódio da emenda da reeleição quanto pelas derrotas no Maranhão e, mais recentemente, pela intervenção no Banco Santos do seu amigo Edemar Cid Ferreira. O governo precisa encontrar um nome aceitável para o partido (PMDB), para a Câmara e para o próprio governo. Renan Calheiros, o favorito da legenda, enfrenta sérias resistências por parte de José Dirceu.

Existe espaço para o surgimento de um terceiro nome com um perfil mais discreto e menos traumático para o governo. Nesse caso, surgem como eventuais candidatos Ramez Tebet, Pedro Simon e Gerson Camata. Não seria surpresa se fosse lembrado o nome do atual ministro da Previdência, Amir Lando, que tem bom trânsito no PMDB e no governo.

Embora tenha sido enterrada a emenda da reeleição, o debate sobre a sucessão de João Paulo e José Sarney estará em evidência no Congresso até o final de janeiro de 2005. As eleições acontecem em fevereiro.

PSDB já debate sucessão presidencial

A disputa entre José Serra e Tasso Jereissati pelo comando do PSDB visa a primazia sobre o processo de escolha do candidato presidencial do partido em 2006. Tradicionalmente, o PSDB prefere que o presidente do partido seja alguém sem mandato no executivo. Era o caso de José Aníbal, ex-presidente e ex-deputado federal. Serra foi eleito novo presidente como uma forma de prestigiá-lo após a derrota para Lula e por estar sem cargo. Agora, tendo vencido a disputa em São Paulo, setores do partido querem afastá-lo. No comando da maior cidade do país e na presidência do partido, Serra ficaria muito fortalecido. Como pano de fundo, está o fato de o presidente ter grande autonomia no processo de escolha do candidato presidencial. Na presidência do PSDB, Serra poderia facilitar a escolha de Geraldo Alckmin.

Julgamento bilionário

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quinta-feira o julgamento de uma das questões mais aguardadas do ano, que pode definir se empresas terão ou não direito de se creditar do IPI incidente sobre matéria-prima tributada à alíquota zero.

A polêmica questão vem desde dezembro de 2002, quando o STF decidiu que elas teriam direito ao chamado crédito presumido do IPI. No atual recurso extraordinário apresentado pela União, o governo tenta agora reverter esse entendimento, alegando que, diferentemente do que ocorre com a isenção tributária, a alíquota zero não gera direito de crédito escritural do IPI.

O julgamento, quando interrompido em setembro deste ano pelo pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, apontava um placar de 4 X 2 em favor da União, mostrando tendência de revisão da decisão anterior, um fato que não é raro mas é incomum.

Super secretaria

A previsão de organização da Administração Tributária constante na Emenda Constitucional nº 42, da Reforma Tributária, como atividade essencial ao Estado, e a recente criação da Secretaria de Receita Previdenciária são o prenúncio da constituição de uma super-secretaria de tributos federais, com a unificação dos fiscos no plano federal. A ideia do governo Lula com a futura unificação dos órgãos federais de arrecadação e fiscalização está relacionada com a racionalização dos gastos e procedimentos fiscais, além da ampliação do combate à sonegação e à informalidade.

Agenda Internacional**Putin e a política exterior do Brasil**

Desembarca hoje no Brasil o presidente da Rússia, Vladimir Putin, para uma visita oficial de dois dias. Será a primeira visita de um chefe de Estado russo ao país. Em Brasília, Putin deverá encontrar-se, na segunda-feira (22), com o presidente do Senado, José Sarney, e com o presidente Lula.

No campo comercial, merecem destaque as demandas brasileiras por um maior acesso ao mercado russo de carnes e a possibilidade de vendas de aviões da Embraer para a Rússia. Há forte interesse russo em angariar apoio para seu pleito de integrar a OMC e a participação russa na licitação de compra de caças pela Força Aérea Brasileira. Outros temas como cooperação nas áreas nuclear e aeroespacial também deverão ser tratados.

Embora as questões comerciais prevaleçam na agenda oficial, a visita de Putin deve ser percebida no quadro maior da aproximação brasileira aos grandes países em desenvolvimento, marco da estratégia de construção de uma "nova geografia econômica" defendida pelo presidente Lula. É interessante observar que essa "nova geografia econômica" tem incorporado elementos políticos e estratégicos em patamar de igual significação. É emblemática a declaração do chanceler Celso Amorim ao ser perguntado sobre ganhos comerciais que o Brasil esperava obter da presença de Putin ao país: "Vocês (os jornalistas) são muito materialistas, nós temos uma relação importante com a Rússia em muitos campos".

Tal como no caso da recente visita do presidente chinês, Hu Jintao, portanto, é de se esperar que os avanços comerciais sejam pontuais (até porque demandam um aprofundamento técnico complexo para sua implementação), enquanto aspectos políticos – como os relacionados ao pleito brasileiro por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU ou a expectativa russa de por integrar a OMC – sejam aprofundados nas conversas bilaterais.

O que não impede que se aja com pragmatismo. Como mostraram a União Européia e os Estados Unidos, a troca do apoio à adesão russa à OMC por um melhor acesso ao mercado russo de carnes pode funcionar como interessante instrumento de barganha. Aproveitar as percepções convergentes quanto à ordem internacional deverá contribuir também para dar impulso à aproximação bilateral, especialmente nas áreas nuclear, tecnológica, energética, militar e aeroespacial.

Outras visitas

Além da visita do presidente russo, Vladimir Putin, Brasília receberá também esta semana as visitas do primeiro-ministro canadense, Paul Martin, e do rei do Marrocos, Mohammed VI, entre os dias 22 e 23 e 25 e 26/11.